**S.O.S. Comunitário**

Izabely Cristina do Nascimento[[1]](#footnote-1)

Pedro Henrique de Araújo Siqueira[[2]](#footnote-2)

**RESUMO**

O S.O.S Comunitário é um software desenvolvido para facilitar a denúncia de violência e abuso, especialmente para aqueles que não desejam ou não conseguem fazer uma denúncia por telefone. O aplicativo foi criado com base em uma pesquisa bibliográfica sobre o funcionamento do serviço social no Brasil, incluindo os órgãos CREAS e CRAS ligados ao SUAS, bem como o conselho tutelar. O objetivo do aplicativo é permitir que as pessoas denunciem anonimamente, através de um formulário online, casos de violência e abuso. Dependendo da denúncia, o email será enviado para a polícia ou conselho tutelar. O aplicativo está sendo desenvolvido com foco na comunidade de moradores do município de Castilho - SP. O envio do formulário é anônimo e o autor da denúncia só precisa ter acesso a um celular e à internet. Existe a possibilidade de criar um cadastro para a segurança do usuário. O aplicativo é uma ferramenta importante para ajudar as vítimas de violência e abuso a obter ajuda e proteção.

**Palavras-chave:** Denúncias. SUAS. Conselho Tutelar. Aplicativo Móvel.

# 1 INTRODUÇÃO

A denúncia de violência e abuso é um ato corajoso, mas pode ser difícil para muitas pessoas. Fazer uma denúncia por telefone pode ser frustrante, pois a chamada pode cair ou o denunciante pode ficar irritado e desligar antes do final da chamada. Além disso, muitos trotes são passados para a polícia, o que pode causar uma espera muito alta e impedir que a pessoa que realmente precisa de ajuda receba atendimento. Certos aplicativos apresentam semelhança com a ideia deste trabalho, mas a maioria apresenta muitos erros, principalmente na hora de identificação para o acesso ou no momento de responder o questionário.

Neste trabalho, foi criado um protótipo de um aplicativo de denúncia voltado ao município de Castilho que irá realizar denúncias para a polícia ou para o conselho tutelar. O objetivo do aplicativo é permitir que as pessoas denunciem anonimamente, através de um formulário online, casos de violência e abuso. Dependendo da denúncia, o e-mail será enviado para a polícia ou conselho tutelar. O envio do formulário é anônimo e o autor da denúncia só precisa ter acesso a um celular e à internet. Existe a possibilidade de criar um cadastro para a segurança do usuário. O aplicativo é uma ferramenta importante para ajudar as vítimas de violência e abuso a obter ajuda e proteção.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) categoriza a violência contra crianças em quatro principais tipos: abuso físico, abuso sexual, abuso emocional ou psicológico, e negligência. Esses tipos de violência podem causar danos significativos, tanto físicos como psicológicos, e afetar desenvolvimento das crianças (WHO, 2006). A violência doméstica pode ser descrita como o uso de força física ou abuso por parte de um membro da família em relação a outros membros do núcleo familiar. Pesquisas revelam que as crianças, especialmente as mais jovens com menos de seis anos, frequentemente são as principais vítimas desse tipo de abuso. Além disso, outro padrão de violência comum ocorre quando maridos exercem violência contra suas esposas (Giddens, 2008).

A Ouvidoria nacional de Direitos humanos (ODNH), vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), registrou um total de 7.447 denúncias de estupro no Brasil nos cinco primeiros meses de 2022. Das vítimas, 5.881 são crianças ou adolescentes (MMFDH, 2022a). Dentro deste mesmo período, a central de atendimento registrou 31.398 denúncias e 169.676 violações envolvendo a violência doméstica contra mulheres (MMFDH, 2022b).

O governo brasileiro criou várias instituições para cuidar e acompanhar as vítimas de violência e abuso, incluindo o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que fazem parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). As vítimas podem pedir ajuda indo diretamente a um desses órgãos governamentais e não precisam levar nenhum documento. O objetivo dessas instituições é acolher as pessoas e as famílias que passaram por momentos difíceis antes e após a averiguação dos casos (MEDEIROS, 2020).

A Lei Maria da Penha classifica os tipos de abuso contra a mulher nas seguintes categorias: violência patrimonial, violência sexual, violência física, violência moral e violência psicológica (BRASIL, 2006, art. 7º). É importante que as vítimas de violência e abuso saibam que existem instituições governamentais que podem ajudá-las a obter ajuda e proteção.

Durante as pesquisas realizadas, foram encontrados vários aplicativos voltados para sua região específica, como por exemplo o “190 PR” (Celepar, 2023), que foi feito para o registro de ocorrências de emergências do Paraná, ou o “190 SP” (SÃO PAULO, 2023), para o estado de São Paulo. Ambos apresentaram erros e complicações no momento do cadastro. Assim, este trabalho objetiva elencar as ocorrências que os órgãos atendem, pesquisar e analisar canais de denúncias e propor um aplicativo para facilitar a realização de acusações da comunidade de Castilho. O aplicativo S.O.S Comunitário é um canal para reportar ações que infringem as leis, feito para a cidade de Castilho, visando diminuir o tempo de espera para reportá-las. Ele deve facilitar o acesso da população ao meio de execução, deixando a ação mais prática, simples e informatizada através de um questionário com respostas pré-prontas e não apresenta nenhum erro para o preenchimento do formulário. O cadastro poderá ser feito através da criação de uma senha e login. Para isso, a pessoa deverá responder perguntas necessárias para a realização de uma queixa na delegacia. O acesso só necessitará que a pessoa que irá utilizá-lo tenha o aplicativo instalado no celular e que ele tenha acesso à internet.

# 2 Referencial teórico

## 2.1 Aplicativo de emergências do estado do paraná

O aplicativo "190 PR" (Celepar, 2023) está disponível na Play Store para dispositivos Android. Para localizar o denunciante, o aplicativo utiliza o Google Maps. Para utilizar o aplicativo, é necessário ter um cadastro e preencher um formulário simples com informações pessoais, como nome, data de nascimento, gênero, nome dos pais, número de telefone, RG, CPF, UF RG, órgão expedidor do documento, UF em que mora, cidade, bairro, logradouro, número e complemento.

O CPF e os quatro últimos dígitos do número de telefone são necessários para cada acesso à página inicial. Após o preenchimento correto desses campos, o aplicativo envia um código SMS para o dono do aparelho. Depois do recebimento deste código, ele precisa responder um campo corretamente para ter acesso à página de denúncias.

As possíveis queixas são: “Barulho/perturbação”, “Violência doméstica”, “Segurança escolar”, “Acidentes de trânsito” e “Outros”. Selecionando a opção de “Outros”, a pessoa deve responder as perguntas: “Quando a ocorrência aconteceu”, “Onde”, “Qual era o risco (ameaça, arma branca, arma de fogo, explosivos, integridade física, produto perigoso)” e “Descrição”. Nesta última opção, é um campo aberto para que o denunciante possa relatar com suas palavras o que aconteceu.

O aplicativo também permite que os usuários tirem dúvidas, vejam os números de emergência, suas ocorrências passadas e registrem um Boletim de Ocorrência (B.O.). Nessas outras possibilidades, o aplicativo envia o indivíduo para uma página no Google onde é possível realizar cada ação separadamente.

Os usuários que instalaram o programa podem fazer alguns comentários na página do aplicativo na Play Store. No caso, este software possui uma avaliação de 2,5 estrelas e muitos comentários negativos como: “Não consegui cadastrar meu endereço. Cliquei no mapa, mas o app não reconheceu o nome da minha rua”. Destaca-se o seguinte comentário de um usuário sobre o aplicativo:

De todas as denúncias duas foram atendidas, na última finalmente houve a verificação sobre o ocorrido (perturbação) que só podia ser verificado se os policiais entrassem no meu terreno, pois o barulho era nós fundos. Acredito que o app não passa para viatura os vídeos e o que comunicamos por mensagem. Quero deixar registrado que eles foram muito educados, respeitosos e solícitos.

## 2.1 Aplicativo de disque denúncias 190 sp

O aplicativo "190 SP" (SÃO PAULO, 2023) é um aplicativo de disque-denúncia disponível para Android. Após a instalação, o aplicativo solicita que o usuário faça um cadastro, mas muitas vezes o processo de cadastro é difícil e pode apresentar erros. De acordo com os comentários na página do aplicativo, os usuários relatam que além dos erros no cadastramento, o aplicativo possui muitas burocracias, não permite o registro de mais de um boletim de ocorrência e é mal organizado. Esses problemas tornam o aplicativo menos útil para a população. Apesar da boa vontade, o mau funcionamento do aplicativo complica muito a sua utilização. A avaliação do aplicativo feita pelos usuários que tentaram utilizá-lo é de 2,1 estrelas. Dentre os comentários realizados sobre o aplicativo, destaca-se:

Não funciona... tentei usar diversas vezes e sempre dá erro. Horrível. Demora para entrar, várias etapas para conseguir preencher e chega no final não funciona. Em uma emergência é impossível ser utilizado. Nota 0

Também há este comentário:

Tentei me cadastrar, preenchi todas as informações e após clicar naquele termo “aceito” para concluir o cadastro, apareceu uma mensagem dizendo que não foi possível efetuar cadastro. Não mostrou o motivo. Aí tentei fazer a mesma coisa com os dados da minha mãe e novamente apareceu a mesma mensagem. Ou seja, o app está com bug/erro.

## 2.3 Web denúncias MS

Outra iniciativa que muitos estados têm é a criação de sites para realizar diversas denúncias. O Web Denúncia do estado de Mato Grosso do Sul (2023) foi criado para o registro de ocorrências que já aconteceram. Ele utiliza um questionário simples dividido em várias partes, cada uma com perguntas que podem ser respondidas com SIM ou NÃO. As perguntas são sobre quando o crime ocorreu, se o usuário está acessando o site de um lugar e equipamentos confiáveis e qual o tipo de crime que será denunciado. Se o usuário responder "não" ou que "o crime está ocorrendo" antes de chegar à última pergunta, o site pede que ele se dirija a um local físico para pedir ajuda. Após isso, a pessoa se depara com campos para preenchimento por extenso, sendo eles: “Data da ocorrência do fato”, “O que aconteceu ou irá ocorrer?”, “Cidade”, “Endereço”, “Número”, “Complemento”, “Bairro”, “CEP” e “Ponto de referência”. Há também campos para informações sobre suspeitos ou denunciados. Este site não apresenta uma avaliação exposta por parte de quem o utiliza.

## 2.4 SUAS, CREAS e CRAS

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi instituído em 2005 e é descentralizado e participativo. Ele tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social (SOCIAL, 2023). O SUAS é dividido em dois tipos de proteção: a Proteção Básica e a Proteção Especial.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é um órgão público criado pelo governo para ajudar as pessoas que foram vítimas de violência física, psicológica ou sexual, que sofreram negligência, abandono, maus-tratos ou discriminações sociais. Esta instituição busca o trabalho social com as famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social que ocorre pela violação dos seus direitos. Ele atende crianças, adolescentes e portadores de necessidades especiais. Trabalhando juntamente com o conselho tutelar, prestam serviços de média complexidade com acompanhamento psicológico para toda a família envolvida (SOCIAL, 2023).

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma instituição pública feita pelo governo para prestar atendimento à população. Ele visa prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade social, riscos no território, orientar sobre como agir em casos de violência doméstica, ajudar em casos que envolvem dificuldades de cuidado e convívio com os filhos. Ele atende crianças, idosos, adolescentes e outros públicos (FEDERAL, 2023).

## 2.5 Denúncias

No aplicativo desenvolvido para o trabalho, a denúncia de maus tratos pode ser enviada para o conselho tutelar ou para a polícia através de um e-mail. Algumas opções escolhidas podem ser enviadas para mais de um local, mas neste aplicativo será enviado para apenas um deles.

Maus tratos infantis englobam muitas coisas, como o abuso físico, sexual ou emocional, a negligência e a exposição à violência doméstica. Quando ocorre a denúncia de maus tratos, o conselho tutelar tem um papel importante. De acordo com o site do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDF), ele deve “verificar com a máxima urgência a situação da criança ou adolescente e pode ainda tomar medida emergencial para cessar a violação de direitos” (DIAS, 2021).

O abandono de incapaz, segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas (2021), é nos termos da lei, abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, que, por qualquer motivo, é incapaz de se defender dos riscos resultantes do abandono. Pode ocorrer de duas formas diferentes: a primeira é quando a família tem que deixar a vítima sozinha para poder ir trabalhar e a segunda é quando o responsável sai para festas e deixa a criança, adolescente, portador de necessidades especiais ou idoso sozinho.

Dentre esses tipos de casos, encontram-se também situações de negligência, que é o ato de omissão de aspectos cruciais ao desenvolvimento físico, intelectual e emocional saudável e equilibrado de uma criança, a nível intencional ou não (NUNES, 2021). Tais omissões referem-se aos cuidados de higiene, saúde, educação e de supervisão. Crianças negligenciadas são privadas de condições dignas, no que abrange os cuidados primários: alimentação, agasalho, vigilância e proteção, cuidados médicos e de educação, afeto e atenção (MAGALHÃES, 2002). Não precisa ser apenas crianças, pois essas vítimas podem ser as mesmas que sofreram de casos como o de abandono.

A violência doméstica é um tipo de violência intrafamiliar que pode ocorrer em lares ou na frente de outras pessoas. Ela é caracterizada por ações ou omissões que prejudicam o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outra pessoa da família. De acordo com o Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS), a violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outra pessoa da família (CEVS, 2022). A violência doméstica não precisa ter laços sanguíneos, mas é necessário que exista uma relação de poder entre o criminoso e a vítima.

Maus-tratos infantis são definidos como qualquer ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de uma criança, a nível intencional ou não (NUNES, 2021). Se uma criança está presente no momento em que ocorre a violência doméstica, ela pode ser uma vítima direta. Se ela só assiste, então é uma vítima indireta. Em ambos os casos, o ocorrido entra nas definições de maus-tratos infantis.

A violência sexual é definida pela Organização Mundial da Saúde (WHO) como

Qualquer ação na qual uma pessoa, valendo-se de sua posição de poder e fazendo uso de força física, coerção, intimidação ou influência psicológica, com uso ou não de armas ou drogas, obriga outra pessoa, de qualquer sexo e idade, a ter, presenciar ou participar de alguma maneira de interações sexuais, ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, com fins de lucro, vingança ou outra intenção (WHO, 2018).

A violência sexual tem vários tipos, como o assédio sexual, pornografia infantil, exploração sexual e o estupro, que é muito similar ao abuso sexual.

Existem quatro tipos de assédio mais comuns: moral, sexual, *stalking* e *bullying* (TALARICO, 2023). Neste caso, vamos focar somente no assédio sexual que pode ocorrer por chantagem ou intimidação, também conhecido como assédio ambiental. Para se caracterizar como chantagem, é necessário que o criminoso use sua condição de ocupar cargo superior no local de trabalho de ambos, com objetivo de constranger a vítima a lhe conceder vantagem sexual (DISTRITO FEDERAL, 2021). Em outras palavras, este crime ocorre quando há a exigência de uma conduta sexual em troca de benefícios ou para evitar prejuízos na relação de trabalho. Para se caracterizar da segunda forma, é preciso que exista uma série de provocações sexuais inoportunas no ambiente de trabalho, com o objetivo de prejudicar a atuação laboral de uma pessoa ou de criar uma situação ofensiva, de intimidação ou humilhação (UNIÃO, 2001). Para que a vítima consiga relatar a ocorrência desse crime, ela precisa de provas como gravações, áudios, *prints* de mensagens ou datas e testemunhas.

De acordo com o Ministério Público de Santa Catarina, a representação de uma criança ou adolescente envolvida em atividades sexuais explícitas reais ou simuladas, ou qualquer representação dos órgãos sexuais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais é caracterizada como pornografia infantil (SANTA CATARINA, 2009). Outra forma de falar isso é:

Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente (BITTAR, 2021).

Abuso sexual é toda molestação ou incomodação não desejada que alguém possa fazer em seu corpo visando vantagens sexuais, como toques, esfregação, etc (MARQUES, 2018). E se tratando de casos como o de abuso sexual, ele ainda ganha a caracterização de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso (BRASIL, 2009, art. 213).

O estupro é o tipo mais grave de abuso sexual. Dentro desse conceito, está incluída a conjunção carnal (penetração peniana ou de outro objeto no ânus, vagina ou boca), independentemente da orientação sexual ou do sexo da pessoa/vítima (CEVS, 2020). Ele vai além da penetração (conjunção carnal), de forma constrangedora e sem consentimento. Sexo oral, masturbação, toques íntimos e introdução forçada de objetos também se enquadram nessa categoria e pressupõem a violência física ou psicológica (MARQUES, 2018). A vítima pode recorrer à lei do minuto seguinte, que garante atendimento médico para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e para o colhimento de provas para um futuro processo.

O abuso físico é um tipo de violência que ocorre quando alguém usa a violência física para controlar ou abusar do outro. Ele pode ser caracterizado por atos violentos nos quais se fez uso da força física de forma intencional, não-acidental, com o objetivo de ferir, lesar, provocar dor e sofrimento ou destruir a pessoa, deixando, ou não, marcas evidentes no seu corpo (CEVS, 2022). Como exemplo, pode-se citar cintadas, chineladas, tapas ou beliscões, quando se vai “corrigir” um indivíduo, quando alguém é atingido por bala perdida ou ferido por armas brancas (objetos que possam ser utilizados para defesa ou ataque agressivamente).

O abuso emocional é outro tipo de violência que pode ser mais difícil de identificar, pois não deixa marcas evidentes no corpo de quem sofre, mas sim mudanças comportamentais. Ele é caracterizado por um conjunto de atitudes e palavras cujo objetivo é ferir outra pessoa emocionalmente (LOPES, 2022). Pode chegar a um ponto em que a vítima não consegue imaginar a sua vida ou fazer suas próprias escolhas sem o abusador. De acordo com a psicóloga Letícia Batista Lopes, essa relação abusiva costuma ser mais comum em relacionamentos afetivos e familiares, principalmente entre pais e filhos (LOPES, 2022).

A violência psicológica é um tipo de violência que agride o psicológico de um indivíduo, agredindo a sua saúde mental e bem-estar emocional e físico. Ela se caracteriza por diminuição da autoestima ou impedimento do direito de fazer as próprias escolhas. São atitudes como ameaçar, humilhar, perseguir, chantagear, constranger, controlar o que a mulher faz, não deixá-la sair, isolá-la de sua família e amigos, procurar mensagens no celular ou e-mail (BRASIL, 2006).

O TJDF dá a seguinte explicação sobre esse crime:

O texto legal a descreve como sendo condutas que causem danos emocionais em geral ou atitudes que tenham objetivo de limitar ou controlar suas ações e comportamentos, através de ameaças, constrangimentos, humilhações, chantagens e outras ações que lhe causem prejuízos à saúde psicológica. Trata-se de uma forma de violência de difícil identificação, pois o dano não é físico ou material. Muitas vítimas não se dão conta de que estão sofrendo danos emocionais (DISTRITO FEDERAL, 2018).

A seguinte tabela apresenta as possíveis denúncias que podem ser feitas pelo aplicativo S.O.S. Comunitário:

|  |  |
| --- | --- |
| **Lei** | **Denúncia** |
| 11.340/06 – Lei maria da penha | Violência psicológica (adulto) |
| Violência sexual |
| Violência Intrafamiliar / doméstica (adulto) |
| 2.848/40 - Código Penal | Abuso sexual (adulto) |
| 12.015/09 – Código Penal | Abuso de vulnerável (menores de 14 anos) |
| Abuso de vulnerável (maior de 14 menor de 18) |
| 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente | Abandono |
| Maus tratos infantis |
| Trabalho infantil |
| 10.741/03 - Estatuto do Idoso | Abandono de incapaz (idoso) |
| 13.146 - Estatuto da Pessoa com Deficiência | Abandono de incapaz (deficiente) |

**Fonte:** Elaborada pela autora (2023)

# 3 Metodologia

A metodologia de desenvolvimento de aplicativos é um processo complexo que envolve várias etapas, desde a estruturação de ideias até a implementação das telas do aplicativo. A partir da coleta de dados, foram juntadas informações para começar a planejar o esboço inicial do trabalho. Com esse esboço já pronto, foi utilizada a ferramenta de design virtual chamada Figma (Field, 2016), para elaborar as telas do aplicativo. Ela disponibiliza o formato de vários tipos de celulares tanto de iPhone quanto de Android. Após essa escolha, foi decidido as cores que iriam ser usadas com base na teoria das cores de Johann Wolfgang Von Goethe (1810). As cores escolhidas foram a cor branca e um conjunto análogo de verde e azul, que transmitem respectivamente as sensações de paz, tranquilidade e segurança. Então, foi definido o tipo das fontes, como seriam as páginas, o tamanho, local, modo de acesso e quais seriam os textos.

Depois do esboço virtual do aplicativo finalizado, foi escolhida a linguagem de programação JavaScript para o desenvolvimento do aplicativo. A escolha desta linguagem se deu pelo fato de ser uma das linguagens de programação ensinadas pelo curso de Técnico em Informática. Como framework de desenvolvimento para o JavaScript, foi utilizado o NodeJS (Dahl, 2009), que é um ambiente de execução JavaScript para escrever códigos. Ele permite reciclar o código de outros programadores, assim pode-se ter uma base sobre como fazer alguns aplicativos.

Para implementar as telas do aplicativo, foi utilizado o Materialize (WANG et al., 2014), que é uma estrutura CSS moderna e responsiva para fazer a estilização da página. Este framework foi escolhido por simular a interface de celulares Android, assim, o usuário já estará habituado ao estilo de botões e janelas do aplicativo.

# 4 Resultados

Por trás do envio do e-mail existe a estrutura condicional *if...else*. A instrução *if* é uma estrutura que executa a afirmação, dentro do bloco, se ela for verdadeira. Se for falsa, executa as afirmações dentro da instrução *else*. Cada órgão protetor recebe um público alvo diferente, então se a resposta da primeira pergunta for criança ou adolescente a denúncia será enviada para o conselho tutelar, se não, a queixa será enviada para a polícia. Para o maior esclarecimento de como essa estrutura irá funcionar foi feita a seguinte tabela, onde cruza os dados de possíveis vítimas com as denúncias e o órgão que atenderia cada queixa:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Vítima** | **Denúncia** | **Órgão competente** |
| Pessoa do sexo feminino/ Pessoa do sexo masculino/ Idoso/ Portador de necessidades especiais | Violência sexual | Polícia |
| Pessoa do sexo feminino | Violência psicológica |
| Pessoa do sexo feminino/ Pessoa do sexo masculino | Violência  Intrafamiliar/doméstica |
| Pessoa do sexo feminino/ Pessoa do sexo masculino/ Idoso/ Portador de necessidades especiais | Abuso |
| Idoso/ Portador de necessidades especiais | Abandono de incapaz |
| Criança/adolescente | Abuso | Conselho Tutelar |
| Abandono |
| Maus tratos infantis |
| Trabalho infantil |
| Violência sexual |
| Violência psicológica |
| Exposição à violência intrafamiliar/doméstica |

**Fonte:** Elaborada pela autora (2023)

Foram criadas 10 telas diferentes que se interligam no aplicativo. Elas são a tela de entrada, a pergunta 1, as possíveis denúncias de acordo com a resposta da pergunta anterior, a tela com as perguntas 3 e 4, a tela com a mensagem de sucesso do envio e uma tela de erro caso ocorra algum problema no envio do e-mail. As figuras das telas do aplicativos são apresentadas no apêndice do artigo.

# 5 Considerações finais

Minhas metas iniciais incluíam a criação de um aplicativo voltado para a realização de denúncias no Município de Castilho-SP, com base em pesquisas e análises de outros canais de denúncias. Após a coleta de dados e a construção deste protótipo, estou satisfeito por ter feito o meu melhor dentro das minhas limitações. O próximo passo, se possível, seria ampliar o número de tipos de denúncias, implementar uma página de cadastro para garantir maior segurança aos usuários e tornar o aplicativo plenamente utilizável. Além disso, planejo buscar parcerias para a implementação deste sistema em delegacias de polícia, postos do conselho tutelar e na cidade de Castilho, promovendo a divulgação do aplicativo e disponibilizando-o para download na Play Store.

# Referências

AMAZONAS, Secretaria de Segurança Pública do. **PC esclarece como é caracterizado o crime de abandono de incapaz.** Disponível em: <https://www.ssp.am.gov.br/pc-esclarece-como-e-caracterizado-o-crime-de-abandono-de-incapaz/>. Acesso em 12 nov. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 12.015, de 7 de agosto De 2009, que dispõe sobre os crimes hediondos.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009.

BRASIL. **Lei Nº 11.340, de 7 de agosto De 2006, que dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2006.

Celepar. **190 PR.** Disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.pr.celepar.sesp.emgpr>. Acesso em: 20 ago. 2023.

CEVS. **Violência sexual.** 2020. Disponível em: <https://www.cevs.rs.gov.br/violencia-sexual>. Acesso em: 12 nov. 2023.

CEVS. **Tipologia da Violência.** 2022. Disponível em: <https://www.cevs.rs.gov.br/tipologia-da-violencia>. Acesso em: 21 jun. 2023.

DAHL, Ryan. **NodeJS.** 2009. Disponível em: <https://nodejs.org>. Acesso em 12 nov. 2023.

DIAS, Daphne Arvellos. **Maus-tratos a crianças e adolescentes é crime: saiba como denunciar.** 2021. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/infancia-e-juventude/noticias-e-destaques/2021/maio/maus-tratos-a-criancas-e-adolescentes-e-crime-saiba-como-denunciar>. Acesso em: 12 nov. 2023.

DISTRITO FEDERAL, Tribunal de Justiça do. **Violência psicológica contra a mulher.** 2018. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/violencia-psicologica-contra-a-mulher>. Acesso em: 12 nov. 2023.

DISTRITO FEDERAL, Tribunal de Justiça do. **Importunação Sexual x Assédio Sexual.** 2021. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/importunacao-sexual-x-assedio-sexual>. Acesso em: 12 nov. 2023.

FEDERAL, Governo. **Acessar o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-cras-centro-de-referencia-da-assistencia-social>. Acesso em 12 nov. 2023.

Field, Thiel Fellow Dylan; Wallace, Evan. **Figma.** 2016. Disponível em: <https://www.figma.com>. Acesso em: 12 nov. 2023.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** 6.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3114970/mod_resource/content/1/Anthony_Giddens_Sociologia.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.

Goethe, Johann Wolfgang von. **Teoria das Cores.** 1810.

LOPES, Letícia Batista. **Abuso emocional: o que é e como identificar.** 2022. Disponível em: <https://www.psicologosberrini.com.br/blog/abuso-emocional-como-identificar>. Acesso em: 12 nov. 2023.

MARQUES, Maria Alice Azevedo. **Saiba a Diferença Entre Abuso Sexual e Estupro.** 2018. Disponível em: <http://www.advocaciadamulher.com.br/saiba-a-diferenca-entre-abuso-sexual-e-estupro/>. Acesso em 12 nov. 2023.

MATO GROSSO DO SUL, Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de. **Web Denúncia.** Disponível em: <https://www.181.ms.gov.br/narcodenuncia/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

MEDEIROS, Juliana. **Qual a diferença entre CRAS e CREAS?** Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/diferenca-cras-creas/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

MMFDH. **Brasil tem mais de 31 mil denúncias de violência doméstica ou familiar contra as mulheres até julho de 2022.** 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/brasil-tem-mais-de-31-mil-denuncias-violencia-contra-as-mulheres-no-contexto-de-violencia-domestica-ou-familiar>. Acesso em: 12 nov. 2023.

NUNES, Paloma Freitas. **Negligência infantil e seu impacto no desenvolvimento psicossocial.** 2021. 15 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Faculdade Una de Catalão, Catalão, 2021.

BITTAR, Paula. **CCJ aprova inclusão de crimes de pedofilia no rol de crimes hediondos.** 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/828302-CCJ-APROVA-INCLUSAO-DE-CRIMES-DE-PEDOFILIA-NO-ROL-DE-CRIMES-HEDIONDOS>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SANTA CATARINA, Ministério Público de. **Sobre a pedofilia.** 2009. Disponível em: <https://www.mpsc.mp.br/navegacao-segura-na-internet-e-combate-a-pedofilia/sobre-a-pedofilia>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SÃO PAULO, Polícia Militar de. **190 SP.** 2023. Disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.sp.policiamilitar.sp190>. Acesso em 11 nov. 2023.

SOCIAL, Ministério do Desenvolvimento. **Gestão do Suas.** Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/gestao-do-suas>. Acesso em 12 nov. 2023.

TALARICO, Isabela. **Assédio: o que é, tipos e como se proteger.** 2023. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/assedio>. Acesso em: 12 nov. 2023.

UNIÃO, Controladoria Geral. **Assédio Moral e Sexual.** 2001. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas/integridade-publica/assedio-moral-e-sexual>. Acesso em: 12 nov. 2023.

Wang, Alvin; Chang, Alan; Mark, Alex; Louie, Kevin. **MaterializeCSS.** 2014. Disponível em <https://materializecss.com/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

World Health Organization (WHO). **Preventing child maltreatment: a guide to taking action and generating evidence.** Geneva: WHO; 2006.

WHO (World Health Organization).**World report on violence and health.** Geneva: World Health Organization; 2018.

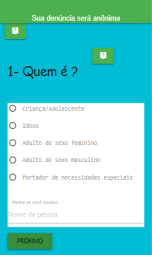
# Apêndice

Figura 1 - Recorte de fotografia da página inicial do aplicativo.



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 2 - Recorte de fotografia da segunda página.



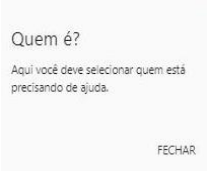
Fonte: elaborado pela autora

Figura 3 - Recorte de fotografia da primeira caixa de perguntas.



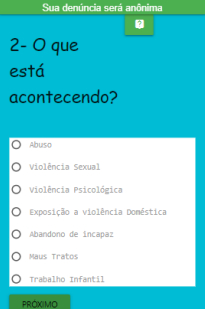
Fonte: Elaborado pela autora

Figura 4 - Recorte de fotografia da segunda caixa de perguntas.



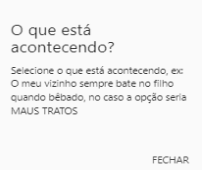
Fonte: Elaborado pela autora

Figura 5 - Recorte de fotografia da segunda página se o usuário escolher a opção Criança/Adolescente.

****

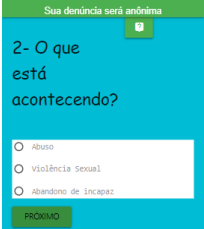
Fonte: Elaborado pela autora

Figura 6 - Recorte de fotografia da caixa de perguntas da segunda página.



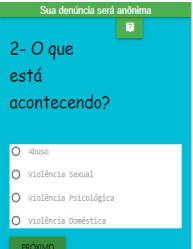
Fonte: Elaborado pela autora

Figura 7 - Recorte de fotografia da segunda página se o usuário escolher a opção Idoso.

****

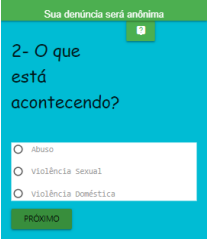
Fonte: Elaborado pela autora

Figura 8 - Recorte de fotografia da segunda página se o usuário escolher a opção Adulto do sexo feminino.

****

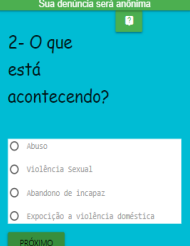
Fonte: Elaborado pela autora

Figura 9 - Recorte de fotografia da segunda página se o usuário escolher a opção Adulto do sexo masculino.

****

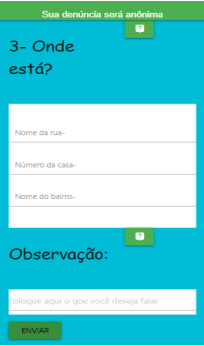
Fonte: Elaborado pela autora

Figura 10 - Recorte de fotografia da segunda página se o usuário escolher a opção Portador de necessidades especiais.

****

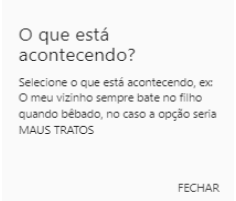
Fonte: Elaborado pela autora

Figura 11 - Recorte de fotografia da terceira página.

****

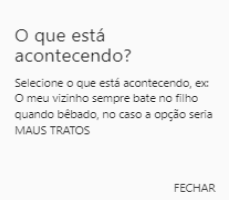
Fonte: Elaborado pela autora

Figura 12 - Recorte de fotografia da primeira caixa de perguntas da terceira página.

****

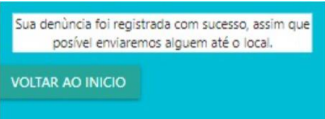
Fonte: Elaborado pela autora

Figura 13 - Recorte de fotografia da segunda caixa de perguntas da terceira página.

****

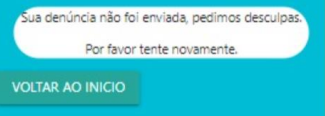
Fonte: Elaborado pela autora

Figura 14 - Recorte de fotografia da mensagem de sucesso no envio do formulário.

****

Fonte: Elaborado pela autora

Figura15 - Recorte de fotografia da mensagem de erro no envio do formulário.

****

Fonte: Elaborado pela autora

1. Técnica em informática. Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas. E-mail: [izabely.nascimento@estudante.ifms.edu.br](mailto:izabely.nascimento@estudante.ifms.edu.br) [↑](#footnote-ref-1)
2. Mestre em Ciência da Computação. Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas. E-mail: [pedro.siqueira@ifms.edu.br](mailto:pedro.siqueira@ifms.edu.br) [↑](#footnote-ref-2)